



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 2.523 de 22 de março de 2017.

Dispõe sobre a suspensão de aprovação de qualquer parcelamento e unificação de solo, bem como empreendimentos de ocupação coletiva e com unidades autônomas, em razão da necessidade de atender a recomendação do Ministério Público Estadual.

**HAMILTON BERNARDES JUNIOR**, Prefeito Municipal de PEDREIRA, ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de atender a recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo, expedida nos autos do inquérito civil nº 14.0372.0000159/2016-8;

**CONSIDERANDO** a existência de representação civil nº 43.0372.0000118/2017-51, protocolizada na Promotoria de Justiça de Pedreira-SP;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se definir protocolo para aprovação de qualquer parcelamento e unificação de solo, bem como empreendimentos de ocupação coletiva e com unidades autônomas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se proceder a revisão da legislação municipal que trata da matéria;

## **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica suspensa toda e qualquer aprovação atinente ao pedido de parcelamento e unificação de solo englobando-se o desmembramento de glebas ou loteamento, definidos na Lei 6.766/79.

**Art. 2º** Fica suspensa toda e qualquer aprovação atinente ao pedido de empreendimentos de ocupação coletiva e com unidades autônomas, englobando-se condomínios, loteamentos fechados e prédios sejam residenciais ou comerciais, definidos na Lei nº 4.591/64.

**Art. 3º** Ficam suspensos todos os atos de aprovação ainda não registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedreira na data da entrada em vigor deste Decreto, referentes a parcelamento e unificação de solo englobando-se o desmembramento de glebas ou loteamento, definidos na Lei 6.766/79, e de empreendimentos de ocupação coletiva e com unidades autônomas, englobando-se condomínios, loteamentos fechados e prédios sejam residenciais ou comerciais, definidos na Lei nº 4.591/64.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

**Parágrafo único.** Os atos de aprovação definidos no *caput* deste artigo estão sujeitos a verificação e revalidação, devendo o interessado requerê-las no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de anulação do ato de aprovação.

**Art. 4º** A observância do disposto neste Decreto também constitui dever do servidor, levando o seu descumprimento à aplicação das sanções disciplinares previstas na legislação em vigor.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Pedreira (SP), 22 de março de 2017.

**Hamilton Bernardes Junior**  
**Prefeito Municipal**

Publicado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pedreira, na data.

**Fabio Vinicius Polidoro**  
**Secretario Municipal de Administração e Recursos Humanos**